

Press reports linked to

## **MOZAMBIQUE 169**

### **News reports & clippings 23 September 2010**

from Joseph Hanlon ([j.hanlon@open.ac.uk](mailto:j.hanlon@open.ac.uk)) [www.tinyurl.com/mozamb](http://www.tinyurl.com/mozamb)

#### **Interviews with Prakash Ratilal (*Noticias*) and Dipac Jaintilal (*Savana*)**

=====

Prakash Ratilal is chairman of the board of Moza Banco and a former governor of the Bank of Mozambique.

#### **Ponto de vista do economista Prakash Ratilal em exclusivo ao “Notícias”**

- Economia e Negócios - 10 Setembro de 2010 –

## **Ganhou-se um espaço para restabelecer a vida**

### **1 - Quais os impactos das medidas do Governo, vistas do lado do sistema financeiro**

Prakash Ratilal (PR) - Não possuo instrumentos para, em tão pouco tempo, avaliar os impactos destas medidas de emergência no sistema financeiro, em resposta a acontecimentos de elevada gravidade social e política. Depois de mortes e feridos, destruição de activos privados e bens públicos, o Governo reconsiderou algumas medidas que, se tivessem sido implementadas como preconizadas, iriam prejudicar a já depauperada vida das populações mais vulneráveis. Pela reacção das pessoas e dos *media* parece ser consensual que as medidas anunciadas pelo Governo no dia 7 de Setembro trouxeram algum alívio imediato para toda a sociedade, mesmo que transitório. Ganhou-se um espaço de tranquilidade para restabelecer a normalidade da vida. Isso facilita a busca de soluções para os sérios problemas que o País enfrenta.

Na minha opinião, os problemas que o País enfrenta são de natureza estrutural: (i) todos os anos registamos défices substanciais na balança de pagamentos, o que significa que o País importa muito mais do que exporta e (ii) as despesas do Estado são sistematicamente superiores às receitas próprias. É conhecido o facto de que cerca de metade das despesas do Estado é paga pelos parceiros internacionais, muitos dos quais vivem a sua própria crise – alguns deles apertaram de tal forma os respectivos cintos que poderá suceder que não consigam continuar a dar o seu apoio solidário ao nosso País. Alguns governos europeus deliberaram que os seus membros de Governo circulem nos transportes públicos e viagem na classe económica. No nosso País, estes desequilíbrios sucedem-se ao longo dos anos porque o sector produtivo está a produzir muito pouco. De facto, o nosso País está a consumir mais do que efectivamente está a ser produzido. Apesar de recursos naturais que possui, a economia é caracterizada por comércio que importa grande parte do que consome. Ao consumirmos de outros países contribuimos objectivamente para a geração de emprego noutros Países.

Estas são algumas das disfunções que caracteriza o nosso País. Isto não é novo, nem surgiu nos últimos anos. O diagnóstico já foi feito há muitos anos. A agravar esta situação, o pouco que se produz, não é distribuído equitativamente. As desigualdades, principalmente nas cidades, cresceram de forma alarmante. Não havendo mecanismos de prevenção, o nosso País que é admirado no mundo inteiro como caso de sucesso contínuo, e as estatísticas assim o demonstravam, de um dia para outro descambou! E a violência ressurgiu.

As estatísticas que são essenciais aos diversos instrumentos de análise, muitas vezes são enganadoras. Com efeito, a média estatística de 2 pessoas que comem 2 pães por dia, dá um pão per capita, ou seja, em média cada um come um pão por dia. Se um deles come 1 pão e meio, o outro come apenas meio pão, mas a média estatística continua a dizer que cada um come um pão por dia. E, se um deles comer um pão e três quartos, o outro apenas come um quarto de pão, mas a estatística continua a registar que em média cada um come um pão por dia. Não é difícil imaginar o que sucederá num ambiente de ganancia extrema e de falta de moderação, quando um deles come 2 pães.... A estatística continua certa, não está

errada, mas a sua interpretação indevida pode conduzir a situações graves como aquela que sucedeu na semana passada.

Alguns, menos precavidos, sem se certificarem se os indicadores reflectiam a dinâmica da sociedade, usaram e abusaram destas estatísticas e divulgaram os resultados médios como constituindo sucesso inquestionável, que se iria repetir indefinidamente. Ora, por detrás das estatísticas, há as pessoas, há os activos, há os actores económicos, sociais e culturais, há os interesses diversos, por vezes contraditórios, há os constrangimentos, há as limitações, há a dinâmica de grupos e a da sociedade. Ora, perante o excessivo aperto, os mais frágeis, os que nada tinham a perder, elevaram bem alto o seu grito, reagindo contra a subida do preço dos bens essenciais. E reclamaram contra a subida de 1 metical por pão. Isso corresponde a menos de 3 centimos do dolar, um montante certamente desprezível nos padrões ocidentais, mas no nosso País é a dimensão real da nossa pobreza, da nossa fragilidade, é o limiar da nossa vulnerabilidade.

De forma recorrente, muitos economistas, diversos empresários e outros profissionais têm-se referido a estes desequilíbrios estruturais na economia, que aflige a todos. Esta situação foi profundamente debatida e tratada na Agenda 2025 que, infelizmente, foi relegada para terceiro plano. Na minha opinião, o que se passou agora e anteriormente em 5 de Fevereiro, exige uma reflexão profunda e um amplo consenso sobre os caminhos a seguir. Na sequência, será necessária uma forte intervenção do Estado como indutor do desenvolvimento, principalmente no fomento da produção, da produtividade e da melhoria da circulação de bens. Naturalmente que, para assegurar o equilíbrio e a coesão social, a partir de agora, para além de anunciar as variações do PIB e de outras grandezas macroeconómicas é imperativo analisar com regularidade a estrutura do Rendimento Nacional, ou seja como se forma e como se distribui o rendimento nacional pelas empresas, pelas famílias .... pelos cidadãos.

Sabe-se que o busílis está na microeconomia que está a funcionar com imensas dificuldades e inúmeros constrangimentos, externos e internos. E, ao longo dos anos, não se têm visto resultados palpáveis neste segmento. Daí o crescimento espectacular do sector informal, que ao não pagar impostos, atrofia ainda mais o funcionamento da economia. Sei que, ao defender maior papel interventor do Estado na superação das falhas do mercado, e como promotor do desenvolvimento, estou a remar contra alguns que defendem as ideias do neo-liberalismo, puro e duro. A verdade é que as suas receitas neo-liberais falharam redondamente em Moçambique, e também em muitíssimos outros países. Daí que depois de muitos bilhões de dólares injectados na economia moçambicana, esta continua atolada com os desequilíbrios referidos. Todos estamos de acordo com as regras de disciplina e controle orçamental, dos câmbios flexíveis, do controle da emissão monetária e de outros elementos essenciais que sustentam os fundamentos de uma economia. Contudo, os desafios presentes exigem que tenhamos coragem para irmos mais longe. Juntos podemos encontrar novos caminhos que promovam maior sustentabilidade ao nosso País, que sabemos possuir imensos recursos.

Dadas as condições históricas em que vivemos e a realidade presente, em minha opinião, devemos buscar novos caminhos de desenvolvimento. Caminhos estratégicos, que sejam o mais possível consensual, abrangente e inclusivo. Mas isso implica maior diálogo, diálogo competente, diálogo efectivo que produza resultados. Isso requer juntar muitas cabeças válidas que também amam Moçambique. E os parceiros de desenvolvimento devem apoiar estas mudanças que a economia requer e que nos conduzam a gradualmente superar estes desequilíbrios estruturais.

Se o sector privado é a força principal para estas mudanças então que esta seja apoiada substantivamente, sem complexos e com base nas competências e no mérito. Se a prioridade é a agricultura e dentro desta a produção de alimentos, então que seja este sector a receber amplos recursos financeiros e capacidades disponíveis. Se o crédito bancário para o sector agrícola decresceu drasticamente e apenas corresponde a 9% do crédito total, os recursos financeiros disponíveis para este sector têm que ser incrementados substancialmente. Se os bancos não podem fazer melhor devido aos riscos associados à produção agrária, é preciso encontrar a solução. Continuo a não entender porque não se estudam as vantagens e os inconvenientes de se implantar um banco de desenvolvimento, gerido profissionalmente e sem interferência política, com foco na alavancagem do processo produtivo e na modernização das pequenas e médias empresas. Estes bancos de desenvolvimento, operando através de bancos comerciais e de outros agentes financeiros, são a base do sucesso do Brasil, da Africa do Sul, da Malásia, da Indonésia e de tantos outros

países. Este instrumento, a par de outros de requisitos institucionais e de políticas públicas associadas parecem-me centrais no sucesso da microeconomia.

## **2 - Que resultados se podem esperar do lado das empresas neste conjunto de medidas. Por exemplo empresas de produção alimentar, por um lado e, por outro lado, empresas produtoras de diversos bens e serviços?**

PR. Tanto quanto percebi, as medidas anunciadas não se traduzem em acções que, por si só, irão vitalizar a produção de alimentos. Anteriormente, referi que a economia moçambicana enfrenta sérios desequilíbrios estruturais que nem a implementação, em anos sucessivos, das políticas sugeridas pelo FMI e pelo Banco Mundial conseguiram reverter.

Ora, problemas estruturais requerem soluções estruturais. A situação é tão difícil que não me parece que haja remédios milagrosos. O petróleo no mercado internacional apesar de estabilizado no patamar à volta dos US\$ 70 por barril ainda é bastante alto para as capacidades financeiras do nosso País, e o preço do petróleo pode voltar a subir ainda mais. Igualmente, não possuímos controle do preço do trigo nem do arroz, nem dos diversos produtos que importamos.

Eu poderia ser simpático e colorir a situação, mas sendo honesto acho que não se deve escamotear. A situação real é difícil. A saída dela requer esforço conjunto e exige dignóstico fiável. Por isso, falar verdade é uma exigência, para o bem de todos, para o bem do nosso País. As soluções para os problemas imediatos passam por serem tomadas medidas políticas e institucionais concretas e adequadas, conducentes ao crescimento da produção e da produtividade.

Na minha opinião, e já tenho dito e escrito reiteradas vezes, a luta contra a pobreza não deve continuar exclusivamente a ser feita através da distribuição gratuita de bens sociais por via da educação e da saúde e dos serviços sociais. Para ser sustentável, creio que a luta contra a pobreza tem que ser efectuada em simultâneo com a geração da riqueza, da criação do emprego e do auto-emprego. Há um ditado que diz: “não dê peixe, dê cana e ensine a pescar”

A manutenção do emprego e a geração de novos empregos é também o maior problema de hoje da Administração Obama nos EUA e nos países europeus. Nos EUA assiste-se a um crescimento, embora modesto, mas o desemprego não tem diminuído, permanece a patamares elevadíssimos superiores a 15%. O controle do défice público e criação de emprego constituem a prioridade maior da sua política económica. Idem para a Europa. Criar mais emprego e auto-emprego parece-me ser o único caminho para tornar o nosso País sustentável, para gradualmente reduzirmos a excessiva dependência que temos de donativos que generosamente nos são oferecidos pela comunidade internacional. Por isso, trata-se de ajustar o modelo económico para suprir o que ainda não se efectua. E isso, levará tempo a maturar e a gerar resultados palpáveis. É evidente que não se trata de começar do zero. O País existe, há progresso visível em muitas áreas particularmente nas infraestruturas e nos grandes projectos de desenvolvimento no sector da energia e de minas. O futuro de longo prazo é certamente promissor, é brilhante. Mas, para as famílias e para os agentes económicos o que mais conta é o dia-a-dia e o curto prazo.

Pode-se estimar que ao longo de um período transitório mais ou menos longo, poderão eventualmente ocorrer outras convulsões sociais, na medida em que não parece possível, no curto prazo, reverter a pobreza e satisfazer as necessidades crescentes da população. Quaisquer medidas, mesmo se implementadas nos próximos meses, só irão gerar efeitos e resultados concretos, a médio e a longo prazo. Creio que todos devemos assumir esta realidade. Apesar desta possibilidade sombria ainda pairar sobre nós é preciso agir com determinação para reverter a situação.

Neste quadro, ao eliminar o espectro de uma crise social e política aguda, o Governo passou a ser percebido como estando a defender o interesse público e o interesse nacional. Ao conter as regalias dos dirigentes superiores do Estado, ao dar sinais de que se pretende eliminar o fausto e o supérfluo, o Governo assumiu compromissos de praticar a austeridade e a poupança o que é fundamental neste tempo de ‘vacas magras’. Embora o corte nas mordomias e de outras despesas faustosas do Estado não contribuam significativamente

para a alteração qualitativa da vida das populações, constitui um exemplo de moralização do poder, de maior responsabilidade e rigor no uso de fundos do orçamento de Estado, parte dos quais são provenientes do exterior. Efectivamente um poder austero engrandece os seus titulares e facilita o diálogo com os demais actores sociais e económicos que enfrentam carências.

O povo moçambicano, nos sucessivos anos da guerra, na época do carapau e da couve, enfrentou imensas carências e aceitou fazer imensos sacrifícios. Mas vigorava um ambiente de menor desigualdade social, havia uma percepção generalizada de que os dirigentes e os demais representantes do Estado eram ímpolutos e se preocupavam com as condições de vida das populações. Na minha óptica, o exemplo agora demonstrado pelo nosso Governo, que é de louvar e de incentivar que se continue, fortalece o poder dos representantes do Estado, e é fundamental para atravessarmos este período de transição até que os resultados de uma acção profunda e concertada gerem resultados abrangentes. Resultados palpáveis no sector produtivo, em particular na produção alimentar competitiva. Enfatizo a palavra competitiva, pois não devemos produzir a preços e qualidade muito diferente daqueles que o mercado mundial nos fornece, em condições de mercados cada vez mais abertos à escala mundial.

### **3 - Influentes círculos de opinião advogam estarmos em presença de medidas não sustentáveis e de fórum eminentemente políticas. Onde o Governo vai buscar o dinheiro para cobrir subsídios ?**

PR: Ninguém possui uma varinha mágica. Nem o Estado possui recursos excedentários. Alguns projectos irão sofrer atrasos na sua implementação, os seus fundos serão desviados para se acorrer a estes subsídios. Ou o Estado poderá recorrer a empréstimos para custear o défice público, Cada ano, os custos de juros irão aumentar, reduzindo ainda mais a capacidade de o Estado realizar despesas para sectores como educação e a saúde. Se o preço do petróleo subir demasiadamente à escala mundial (e isso vai acontecer logo que se verificar a retoma da economia mundial) admito que o orçamento do nosso Estado poderá não ter fundos para subsidiar os preços internos.

Nestas condições o que fazer? Será forçoso aumentar os preços internos e provavelmente sem subsídios. Qual então a saída? Só vejo uma: agir para fazer crescer a produção e a produtividade. E porque é que esta não cresce apesar de apelos constantes neste sentido? É porque há imensos obstáculos técnicos, institucionais, incoerência nas políticas e regulamentos, há imensa burocracia, há elevados custos de transação que encarecem a acção produtiva, os processos judiciais são longos. Isso tudo impede que a produção aconteça no tempo e na qualidade requerida. Mas, apesar de não haver produção interna, o consumo interno não deixa de se realizar. Como consequência, aumenta a aquisição de bens no estrangeiro. Ao sermos consumidores de produtos estrangeiros, estamos a contribuir para criar emprego noutros países. O que fazer, então, para se produzir internamente e se criar emprego no País? Não possuo respostas sozinho. Não creio que alguém por si só tenha respostas para superar a presente situação e criar condições de sustentabilidade social e económica.

As medidas recentes do Governo criaram um espaço de tranquilidade e de relativa paz social que permite uma reflexão alargada e para a busca de soluções. O sentido de Estado e a humildade com que o Governo anunciou as medidas que o Povo aclamou, faz-me crer que se vai prosseguir no sentido de se ampliar o debate interno, principalmente no plano científico, técnico e profissional, para juntos encontrarmos os caminhos a serem trilhados.

A direcção parece clara: continuar a cortar nas mordomias e noutras despesas faustosas do Estado e investir nos motores do desenvolvimento: a ciência, a tecnologia e a inovação e estímulos para criação de mais competências, infraestruturas comerciais e gerar produção competitiva (capazes de produzirem mais do que custam), concentrar acções nos sectores que criam mais emprego e aumentam as exportações. Parece-me claro que os recursos e o esforço essencial deve ser canalizado para viabilizar a produção competitiva: conceber programas de apoio às acções de empreendedorismo e de auto-emprego, criar incubadoras para novas empresas saberem lidar com o mercado, conceder incentivos fiscais, assegurar flexibilidade laboral, estímulos para ensino técnico-profissional e formação e mais formação como nunca.

Creio que se deve assumir que qualquer acção profunda que seja empreendida a partir de agora só irá gerar resultados essencialmente a médio e longo prazos. Com a globalização fica cada vez mais claro que nenhum governo pode enfrentar sózinho os desafios que se colocam à sua frente. Precisa de fazer alianças e construir parcerias com os vários segmentos da sociedade, designadamente com os institutos de investigação, com a sociedade civil, com os intelectuais, com os *media*, com as associações socio-profissionais e com todos os outros que, sendo nacionais, contribuam para traçar os passos seguintes nos caminhos do progresso. Reflectir sobre a superação dos obstáculos ao crescimento da produção requer envolvimento de muitos para gerar competência específica. Amplo consenso pode não resolver todos os problemas, mas pelo menos haverá muito mais gente a contribuir para concretizar os caminhos traçados de forma inclusiva, e com maior competência nacional. Estou a ler um livro que refere que o presidente Sarkozy da França designou uma Comissão presidida por Jacques Attali (ex-Conselheiro do Presidente Mitterrand) para apresentar propostas que eliminem os obstáculos ao crescimento económico. Ora, isto sucede na 4ª ou a 5ª economia mundo...

Na minha modesta opinião, parece-me fundamental juntar o máximo possível das competências nacionais. Por isso, acho oportuno e pertinente que as melhores cabeças moçambicanas, os institutos de pesquisa, pessoas experimentadas e credíveis, sejam convocadas no âmbito nacional para juntos produzirem as ideias que seriam transformadas em políticas e projectos de acção imediata para impulsionar a microeconomia. Não se trata de elaborar teses ou tratados de economia. Trata-se de canalizar ideias, iniciativas e projectos que, devidamente harmonizadas pelo Governo, sirvam de alavanca para um salto qualitativo na produção e produtividade no nosso País. A qualidade técnica e profissional da liderança deste grupo e seu peso na sociedade moçambicana, trabalhando em estreita coordenação com o Governo, certamente que iria prestar um contributo inestimável ao País porque as suas recomendações terão efeitos em anos vindouros.

E, com devido respeito aos especialistas das instituições respeitáveis de Bretton Woods, e aos diversos centros de cooperação dos doadores/parceiros da cooperação, cuja atitude é muito generosa e de grande utilidade, isso em si não significa, substituir-se aos moçambicanos. Acho que os nossos parceiros devem dar espaço maior aos especialistas e técnicos moçambicanos, que conhecem o País, possuem experiências e saberes e que, mesmo plano internacional, demonstram possuir elevado gabarito.

#### **4 - O Dr. tem se pronunciado várias vezes e publicamente sobre a crise financeira internacional. O que pesa mais na presente situação de Moçambique. Serão factores internos ou externo? Não terão sido subestimados os efeitos da crise?**

PR: O que se está a passar ao nível mundial é extremamente grave. A crise internacional iniciada nos finais de 2008, gerou efeitos directos na inflação e nas taxas de câmbio à escala mundial, e no crescimento económico dos países. Moçambique não escapou da crise: o efeito mais pernicioso foi o da deterioração do défice da balança comercial e de transacções correntes em 2009, por via da redução das exportações, por causa da queda importante nos preços do mercado internacional, e da sua procura em quantidade; outro efeito negativo, a queda dos fluxos de capitais privados estrangeiros, apenas seguiu a tendência iniciada no ano anterior, em 2008.

O Dr. Dipac Jayantilal, na sua entrevista ao Savana na semana passada, refere que "há efeitos importantes da crise internacional nas nossas exportações, mas a recente alta de preços e desvalorização rápida não se devem a essencialmente aos efeitos desta crise. Pelo contrario, o pressuposto para as mudanças recentes de política macroeconómica pelas autoridades e o FMI foi precisamente que a crise internacional já estaria a passar".

Nem todos os economistas à escala mundial estão de acordo que estamos no fim da crise internacional. P. Krugman e J. Stiglitz ambos prémios Nobel de economia e outros economistas de renome prevêm cenários internacionais de curto prazo de tipo W, ou de dupla recessão, intermediadas por melhorias temporárias, e provavelmente uma sequência de múltiplas recessões.

Assistem-se sinais de sérias perturbações no mercado imobiliário americano e no mercado laboral no qual o desemprego não está a decrescer apesar das centenas de biliões de dólares injectados na economia. Os EUA reviram em baixa o crescimento do último trimestre para 1.6%, o que é insuficiente para reduzir o

desemprego que continuava em dois dígitos. Na tentativa de defender a zona do Euro, economistas divergem quanto às políticas de rigor e disciplina orçamental, de redução da dívida pública interna que os países Europeus estão a levar a cabo e que podem agravar a crise. Outros economistas defendem que não se deve continuar a manter indefinidamente as políticas expansionistas da administração americana, por isso gerar o crescimento insustentável da dívida pública interna e conseqüentemente maiores recursos financeiros para gastos públicos e menos para a produção. Países da União Europeia vivem momentos difíceis, em particular nos chamados PIIGS – Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha. O Japão continua estagnado. Única excepção é o que está a acontecer nos países “emergentes” como a China, Índia e o Brasil que mantêm elevadas taxas de crescimento e possuem excedentes consideráveis nas suas balanças de pagamento.

Enquanto não se verificar a retoma nesses países industrializados, que geram repercussões no resto das economias do mundo, economistas moçambicanos abalizados veem com muita apreensão o cenário de curto e médio prazo da economia moçambicana, não apenas pelos efeitos nefastos do prolongar da crise mundial como também pela excessiva depreciação da moeda nacional, sem que haja recursos alternativos. Isso é agravado pelo ambiente de crispação que ainda se sente com os principais doadores e financiadores da nossa economia.

Na saída da nossa crise, é fundamental restabelecer a confiança na moeda nacional através da sua rápida estabilização. Medidas monetárias e cambiais descontextualizadas e não acompanhadas por medidas na economia real poderão gerar efeitos distorcidos. A aposta continua a ser na estruturação e apoio contínuo e consistente aos diversos sectores produtivos. As micro, pequenas e médias empresas possuem imensas reservas para sustentar o rápido crescimento da produção nacional e das exportações. Sem crescimento das empresas nacionais será difícil sustentar o tecido económico do País e assegurar o emprego de forma crescente. O ímpeto da juventude deve ser canalizado para actividades produtivas, para a geração do emprego e do auto-emprego.

No plano regional devemos, em minha opinião, acelerar os passos para uma maior integração regional, em condições de interdependência, assegurar maior circulação de capitais, maior facilidade de circulação de pessoas e bens. Isso também faz crescer a produção. Não sei se não seria altura oportuna para relançar o debate sobre o apoio aos nossos emigrantes (há países cujas receitas principais em divisas provêm dos seus cidadãos residentes no estrangeiro) e o debate acerca de uma política selectiva de imigração. Tudo isto e muito mais coisas que não cabem nesta entrevista, contribui para o aumento da produção e da produtividade.

Assim, a responsabilidade para assegurar a paz e a tranquilidade social no nosso País compete ao Governo, aos partidos e à sociedade civil, em diálogo permanente e efectivo e ampla consulta às respectivas constituências. Estas organizações e cada um de nós têm um papel central na educação cívica e patriótica, no respeito dos bens públicos e privados, que garantem adequada convivência e harmonia social.

Maputo, 10 de Setembro de 2010

=====

Dipac Jointilal is Research Coordinator of Cruzeiro do Sul ([www.iid.org.mz](http://www.iid.org.mz)). He was formerly a Senior Economist at the World Bank and a Director at the Banco de Mocambique.

**SAVANA, 03 de Setembro de 2010**

**PAG 14 e 19 CENTRAIS**

**Incursão à sala de cuidados intensivos**

## **Economia moçambicana ao bisturi (1)**

*- uma entrevista com o prof. Dipac Jointilal*

***A crise económica moçambicana, tornada numa arma de arremesso toscamente manipulada e escondida pelos políticos do dia, é longamente escarpelizada pelo economista moçambicano Dipac Jointilal. Em longa entrevista ao SAVANA conduzida por Francisco Carmona são abordadas as razões profundas da doença do metical, a crise com os doadores, o efeito barão da droga, as casas de câmbio e as receitas tradicionais de Bretton Woods para as economias terceiomundistas.***

**Explicações incontornáveis para os pneus e as barricadas implantadas esta semana em Maputo. Pela importância dos temas não adoptámos para o presente texto a tradicional edição jornalística da entrevista, publicando-a na íntegra.**

**SAVANA – O país está a atravessar um período turbulento, de crescente desvalorização do Metical e uma inflação considerada alta. Como caracteriza essa evolução, e que fundamentos podem ser arrolados para explicar esta situação?**

**Dipac Jaintilal** – Vejamos primeiro qual a conjuntura cambial e de preços no período mais recente: (i) *Desvalorização do Metical (MT), ou seja a redução do valor da moeda nacional em relação a moedas externas:* a taxa de câmbio do dólar americano (US\$) em termos nominais, depois de ter-se estabilizado a volta de 27-28 meticais (MT) até a última semana de Outubro de 2009, teve um período de instabilidade e oscilações num sentido e noutro entre MT 27.5 a 31 até a primeira parte de Janeiro de 2010, até que se verificou uma certa estabilização no intervalo MT 28 a MT29 nos quatro meses seguintes. A partir de meados de Abril, em apenas dez dias, o US\$ valoriza-se passando a ser cotado a MT 34 MT onde permanece. A partir da primeira semana de Junho, o US\$ retoma a sua valorização passando para o nível de MT 37 em finais de Julho, para se aproximar dos MT 40 MT mais recentemente. Quanto ao Rand Sul-Africano (R), a taxa nominal, que tinha chegado ao nível mínimo de MT 2.2 MT, em finais de Outubro de 2008, vem-se gradualmente apreciando em relação à moeda nacional, em direcção ao nível de MT 5 a MT5.5 por cada Rand sul africano mais recentemente, o que representa um aumento para cerca de 250% a contar desde esse ponto mínimo, verificado menos de dois anos antes.

*Imagine-se os impactos dessa acentuada desvalorização do metical no (ii) **Aumento da Inflação, ou seja a redução do valor da moeda nacional em relação a produtos e serviços, mesmo que não seja o seu único factor explicador:*** Após a taxa de inflação homóloga do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), ou seja a taxa dos doze últimos meses; chegar ao pico anual de 13% em Fevereiro de 2008 (mês do “5 de Fevereiro”, ano de eleições municipais), o índice foi gradualmente baixando como resultado da decisão de manter administrativamente os preços de combustíveis. Este indicador em inícios de 2009 (ano de eleições presidenciais e parlamentares) estava ao nível de 6.5%, continuou a cair para chegar a menos de 2% até Outubro de 2009. Coincidindo com o fim das eleições, a taxa de inflação recomeça a subida, para chegar ao fim do ano, em apenas 2 meses ao patamar de 4.2%, saltando rapidamente para chegar a 16.1% em Julho deste ano, 2010 – após o reinício dos aumentos mensais do preço dos combustíveis. Dentro de um ano, a taxa de inflação subiu 15 pontos percentuais (p.p.), do mínimo de 1.1% em igual mês do ano anterior. Por outro lado, a nossa inflação, medida pelo IPC de Maputo, cujo cabaz dá naturalmente um peso importante aos produtos de consumo corrente, alimentar e não-alimentar, tem tido recentemente a mesma evolução que o IPC do País - média de Maputo, Beira e Nampula -, portanto estão todos em alta. Verificase que cerca de 80% do aumento total de preços em finais de Julho passado, medidos pelo IPC, em cerca de 16%, resultam do aumento nos preços de produtos de consumo essenciais, incluindo o das camadas mais desfavorecidas, na classe de “Alimentação e Bebidas não-Alcoólicas” como batata, arroz, tomate, alface, frango vivo e carne, bem como os preços de querosene, ou petróleo de iluminação, entre outros – de facto, o impacto das altas de preços na classe de “Alimentação e Bebidas não-Alcoólicas” contribuiu com cerca de 13 p.p. nesses 16% de variação “homóloga”.

Em face deste comportamento do índice de preços, fica em princípio gorada a esperança de atingir o objectivo de inflação de um dígito (9%) no fim de 2010 previsto nos programas, tendo em conta as subidas usuais nos finais de ano, a não ser que aconteçam fenómenos verdadeiramente extraordinários, à escala mundial, o que não parece provável. Os salários dos últimos dois anos sofreram uma redução em termos reais, quer dizer, se tivermos em conta os aumentos dos preços

## **A DESVALORIZAÇÃO DO METICAL**

Vejamos então alguns dos factores que tiveram impacto na expressiva desvalorização recente do Metical:

1. O arrastar durante várias semanas das **diferenças entre os doadores e o Governo** em matérias sensíveis sobre questões eleitorais, sobre a implementação da segunda vaga de reformas, em particular os relativos à ética, transparência e assuntos relacionados com a boa governação, tiveram efeitos gravosos ate a primeira parte de Janeiro, derivadas dos rumores acerca destas divergências no final do ano de 2009, e depois as noticias vindas ao lume em toda a imprensa nacional e internacional em Março e principio de Abril do corrente ano. Apesar do Protocolo e Intenção assinado entre o Governo e os doadores, o impactos

negativos na economia e na sociedade fizeram-se sentir de fortemente na desvalorização cambial a partir dos finais de Abril, altura em que a moeda nacional passou para o patamar de MT 34 por cada US\$, para atingir MT 37 em fins de Julho e próximo dos MT 40 mais recentemente.

2. O posicionamento das autoridades em relação ao nível do Metical considerado mais adequado começou a mudar em finais de 2009, no final do período eleitoral, se bem que tivesse havido um esforço por parte do banco central de proceder a intervenções para que a desvalorização não ultrapassasse o nível de MT 30-31 por cada US\$ no primeiro trimestre.

Com as negociações em Março de 2010 com o FMI, com a definição do quadro macroeconómico do novo programa trienal designado por Instrumento de Apoio a Políticas - Policy Support Instrument (PSI) - , **acentua-se a tendência desvalorizante do Metical**, agora já incluída no quadro de uma política deliberada para apoio à retoma das exportações, inserta na Carta de Intenções assinada pelo Ministro das Finanças e o Governador do BM em 24 de Maio, após a visita da Missão do FMI em Março. Sabe-se que as instituições de Bretton Woods, que inclui o FMI e o Banco Mundial, receitam a desvalorização, que reduz os custos/preços dos inputs nacionais e aumenta os preços em moeda nacional dos bens exportáveis e importáveis (tradables), como forma de remunerar as exportações, induzindo ao seu aumento , bem como os investimentos estrangeiros, e encarecendo as importações, reduzindo assim a sua procura . Teoricamente, reduzindo as importações e elevando as exportações a balança comercial melhora, contribuindo para melhoria das reservas internacionais, assim como o valor do metical..

A questão que se coloca a muitos economistas é como a economia moçambicana reage a estes mecanismos de política cambial sendo certo que se verificam sérios constrangimentos do lado da oferta de bens produzidos na economia nacional. A microeconomia, nos últimos anos, enfrenta problemas estruturais que não foram superados. Assistimos a uma - quebra das exportações em 2009, que agravou o défice da Balança Comercial (de mercadorias) e das Transacções Correntes (que inclui os serviços). Ora, isso deveuse sobretudo à queda da procura internacional e de preços de vários dos produtos de exportação (alumínio, castanha, algodão, etc.) devido à crise internacional que veio ao de cima em finais de 2008, a começar nos EUA.

Assim, torna-se pouco provável que o instrumento da taxa de câmbio, por si só, tenha um efeito significativo na recuperação do anterior nível de exportação dado, em primeiro lugar as razões fundamentais da sua queda em valor e quantidade, e em segundo lugar dada à reduzida elasticidade da oferta interna de bens em relação à taxa de câmbio no nosso País, por vários motivos, entre os quais a rigidez da procura de importações de bens que o País não produz, incluindo os derivados do petróleo.

O Conselho de Administração do FMI aprovou o novo programa para Moçambique em Julho deste ano. Na sequência disso, tem havido uma gestão cambial acomodatória em relação às depreciações sucessivas do metical nos mercados informal, terciário e secundário, incluindo o mercado primário gerido pelo Banco de Moçambique, como detentor das reservas internacionais de divisas do País.

3. Com o anúncio presidencial americano (de Obama) da designação de um empresário influente como “barão da droga”, retornaram ao de cima as constatações de pesquisas já antigas, de que Moçambique servia de um corredor internacional do narcotráfico de drogas . Este anúncio foi rapidamente acompanhado de oferta por parte dos EUA e da Polícia Internacional de ajuda a investigar casos relacionados com o narcotráfico e para trazer um certo controlo nas vias porosas do País, tanto de entrada/saída como de circulação de drogas. Neste ambiente de porosidade, **ressurgiu o debate sobre de se as múltiplas casas de câmbio** do País não estariam a facilitar a movimentação de forma diversa de fundos de alguns destes negócios ilícitos e de se os operadores do sistema cambial e financeiro não seriam um canal vulnerável para o branqueamento de capitais. Estes acontecimentos podem ter reduzido alguma oferta de divisas no mercado informal e terciário, e ao mesmo tempo aumentado a procura de dólares no mercado cambial e bancário, não necessariamente ou sempre para importações, mas sob a forma de fugas de capitais. Estas pressões tanto do lado da procura (aumento) como da oferta (redução) levam a que o dólar americano no mercado tenda a subir.

4. Uma tendência marcada da depreciação acentuada do metical induz ainda a um comportamento antecipatório por parte dos **agentes económicos e das famílias que procuram criar reservas em moeda estrangeira**, acentuando a sua procura imediata, e reduzindo a oferta, incluindo dos exportadores que procuram reter ao máximo as divisas que possuem nos fundos consignados que resultam das suas exportações. Essa tendência como é óbvio, não ajuda na estabilização do valor da moeda, antes pelo contrário.

5. Refira-se ainda os efeitos psicológicos, e nas expectativas actuais e futuras dos agentes económicos,

da recente submissão a **discussão de um regulamento da Lei Cambial**, que segundo algumas declarações, podem provocar mudanças na atitude do regulador, para a extinção ou controle restritivo de certas operações da parte dos operadores do mercado cambial, e quanto à obrigatoriedade da moeda de facturação ser ou não o Metical (vs. Dólar ou Rand). Estas mudanças viriam a ocorrer pouco tempo depois de as autoridades cambiais terem concedido publicamente que não havia condições para tornar obrigatória a facturação do universo total de bens e, particularmente de serviços, em moeda nacional. Uma parte dos efeitos acima mencionados pode ser mais um motivo para a “secagem” de algumas fontes de divisas, e para dificultar a estabilização da moeda.

## **O RAND E O DÓLAR**

Quanto ao valor do Rand: no mercado internacional, o dólar americano permite adquirir cerca de 7.3 Rands. Em tempos mais recentes, o dólar americano tem oscilado num intervalo relativamente estreito entre 7.1 e 7.6 Rands, pelo que a desvalorização do Metical face ao Rand resulta das repercussões automáticas que tem a desvalorização do MT face ao dólar, tenha perdido o peso que teve (por exemplo, nos anos anteriores a 2010, em que o Rand tinha vindo a apreciar-se em relação ao US\$ de uma forma mais ou menos consistente desde o pico mais recente atingido em finais de Outubro de 2008 em que o US\$ chegou a comprar mais de 11 Rands. Em análise retrospectiva de médio prazo, isso equivaleu a uma apreciação do Rand de cerca de 36% em relação ao Dólar).

Há, no entanto, um **efeito inflacionário** indubitável e rápido da desvalorização do Metical face ao Dólar (e em consequência em relação ao Rand) comprovado por estudos técnicos sobre o assunto com mais de uma década, que certamente são do conhecimento das autoridades. Esses efeitos intensificaram-se pela conjugação com os **efeitos inflacionários do aumento do preço dos combustíveis**, retomado nos últimos meses. Este é o segundo mais importante factor inflacionário e que já estava previsto no programa macroeconómico mencionado para reverter a fixação por um longo período dos preços dos combustíveis, enquanto que uma parte dos mais recentes factores conjunturais eram menos previsíveis.

Não se deve esquecer ainda, nestas circunstâncias, dum **efeito de ricochete** com um sentido ascendente, entre a desvalorização e a inflação, na medida em que a alta de preços reduz o valor externo real da moeda, medido pela taxa de câmbio (efectiva) real. Este efeito de ‘feedback’ pode agravar as tendências verificadas, caso não se controle o ritmo e a magnitude de desvalorização a que se tem assistido.

## **S – Qual o peso real dos efeitos da Crise Internacional, ou seja, quão importantes são os factores externos para explicar a situação presente?**

DJ – Sobre os efeitos no País, da crise internacional iniciada nos finais de 2008, que gerou efeitos directos na inflação e nas taxa de câmbio, e no crescimento económico de muitos países, pode-se dizer que:

1. a **taxa de inflação** foi beneficiária da crise, tendo a mesma caído para um mínimo há um ano atrás, em Julho de 2009 para o recorde da taxa homóloga anual de 1.1%, porquanto beneficiou da queda dos preços internacionais de alimentares e da queda dos preços dos produtos petrolíferos – estes situaram-se abaixo dos níveis de 2005, e antes das grandes altas verificadas até fins de 2008; De registar que a baixa da taxa de inflação continuou até a segunda metade do ano de 2009, e foi ainda influenciada, neste ano, pelo referido congelamento administrativo do preço dos combustíveis no mercado interno, com a manutenção de onerosos subsídios que o País não dispõe, através das gasolinhas, num ano de eleições presidenciais de parlamentares - a eleição mais importante dos últimos cinco anos. Os subsídios (gasolineiros)

começaram a ser reduzidos no ultimo trimestre, após a reversão da política no âmbito do novo programa PSI com o FMI ;

2 . a **taxa de câmbio efectiva real do Metical** depreciou-se em 2009, revertendo totalmente a apreciação verificada em 2008, o que foi outro efeito positivo no cenário macroeconómico de curto prazo, embora tenha gerado distorções que não será fácil de rectificar e que toda a economia e a sociedade já estão a pagar, a partir de fins de Maio corrente;

3. o **efeito mais pernicioso foi o da deterioração do défice da balança comercial e de transacções correntes em 2009**, por via da redução das exportações, por causa da queda importante nos preços do mercado internacional, e da sua procura em quantidade; Há uma previsão de uma recuperação das exportações em 2010, mesmo que se preveja que em% do PIB o défice da balança comercial não venha a

melhorar devido ao aumento previsto das importações - é prevê-se o aumento do preços dos produtos petrolíferos - o preço do barril de crude situa-se agora em cerca de US\$ 75 a 76 oscilando entre 65 e 85 US\$ nos últimos meses;

**4.** outro efeito negativo, a queda dos **fluxos de capitais privados estrangeiros**, apenas seguiu a tendência iniciada no ano anterior, em 2008;

**5 .** no que diz respeito as **Reservas Brutas Internacionais**, o ano de 2009 terminou com níveis elevados de cerca de US\$ 2 mil milhões, correspondentes a 5 a 6 meses de importação (do ano), as Reservas Internacionais sofrem um desgaste em 2010, para fazer face as necessidades, num período difícil.

Em suma, há importantes efeitos da crise internacional nas exportações, mas a recente alta de preços e desvalorização rápida não se devem essencialmente aos efeitos desta crise. Pelo contrário, o pressuposto para as mudanças recentes de política macroeconómica pelas autoridades e o FMI foi precisamente de que, porque a crise internacional já estaria a passar - o oposto do argumento da crise, note-se -, então seria necessário reverter a política expansionista – fiscal, monetária e creditícia - do ano de 2009 que teve por objectivo reduzir os impactos dela ao nível interno.

## **S – Quais os pressupostos da actual política macroeconómica, e quais os seus traços mais salientes?**

**DJ** – A propósito do pressuposto da ultrapassagem da crise, isto é, que estamos no fim da crise internacional (o que nem todos os economistas à escala mundial estão de acordo) e apenas resta um rescaldo pouco importante para o desenho de políticas, como contido no actual programa económico do País. Na realidade a crise no sistema internacional, vinda ao lume em 2008, é considerada bem profunda por conceituados cientistas da área económica, e não só, , e de longa duração. Alguns dos melhores economistas incluindo os prémios Nobel J. Stiglitz e P. Krugman, prevêem cenários internacionais de curto prazo de tipo W, ou de dupla recessão, quando não mesmo múltiplas recessões, intermediadas por ligeiras melhorias, passageiras. Veja-se os sinais de novas perturbações no mercado imobiliário nos EUA e noutros segmentos da economia real, e a taxa elevada de desemprego dois dígitos – o mercado de trabalho de facto nunca recuperou nos últimos 2 anos

Por outro lado, economistas divergem quanto às políticas contraccionistas, de rigor e disciplina orçamental, de contenção da dívida pública interna, que as economias europeias estão a levar a cabo – na tentativa de defender a moeda única e a zona do Euro - podem agravar a crise (como alertado por Stiglitz. Outros economistas defendem que não se deve continuar a manter indefinidamente as políticas expansionistas, por isso gerar o crescimento insustentável da dívida. .À excepção da Alemanha e de alguns países Nórdicos, os países da União Europeia vivem momentos difíceis, em particular nos chamados PIIGS – Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha. O Japão continua estagnado. Os EUA reviram em baixa o crescimento do último trimestre para 1.6%, o que é insuficiente para reduzir o desemprego que continuava elevadíssimo. Enquanto não se verificar a retoma nesses países, com repercussões no resto das economias do mundo, não facilitando recuperações que se estavam a ensaiar em algumas dessas economias. Como excepção, talvez se possa referenciar o que esta a acontecer nos mais dinâmicos países “emergentes” como a China, o Brasil e a Índia, que mantêm vigorosas taxas de crescimento e excedentes consideráveis nas suas balanças de pagamento, o suficiente para se tornarem nos grandes credores do sistema financeiro global.

Alguns economistas moçambicanos de renome, vêm com muita apreensão o cenário de curto e médio prazo da economia moçambicana, não apenas pelos efeitos nefastos do prolongar da crise mundial como também pela excessiva depreciação da moeda nacional, sem que haja recursos alternativos e num ambiente menos bom que ainda se vive com os principais doadores e financiadores da nossa economia. O futuro de longo prazo pode ser brilhante, mas o que conta para as famílias e para os agentes económicos é o curto prazo. E, com a depreciação tão acelerada como aquela a que temos assistido nas últimas semanas, praticamente todas as empresas, incluindo bancos, quando fizerem a análise dos respectivos activos em moeda estrangeira vão registar prejuízos igualmente expressivos. Isso pode ter efeitos no ciclo seguinte, de maior contenção nos investimentos.

Por isso, é fundamental a rápida estabilização da moeda nacional, para restabelecer a confiança na moeda nacional. Medidas monetárias e cambiais apenas não surtirão efeito. Parece ser urgente concentrar esforços na alteração fundamental da nossa economia, que já está identificada há anos.

A aposta continua a ser na estruturação e apoio contínuo e consistente aos diversos sectores produtivos da

nossa microeconomia. As empresas micro, pequenas e médias empresas possuem reservas potenciais para sustentar o rápido crescimento da produção nacional e das exportações. Os investimentos de grandes projectos são necessários, mas no essencial eles não dependem de nós. Sem crescimento das empresas nacionais será difícil sustentar o tecido económico do País e assegurar o emprego de forma crescente, canalizar o ímpeto da juventude para actividades produtivas e assim assegurar a paz e a tranquilidade social.

**SAVANA, 10 de Setembro de 2010**

**PAG 14 e 19 CENTRAIS**

**Incurção à sala de cuidados intensivos**

## **Economia moçambicana ao bisturi (fim)**

*- uma entrevista com o prof. Dipac Jaintilal*

***A crise económica moçambicana, tornada numa arma de arremesso toscamente manipulada e escondida pelos políticos do dia, é longamente escarpada pelo economista moçambicano Dipac Jaintilal. Em longa entrevista ao SAVANA são abordadas as razões profundas da doença do metical, a crise com os doadores, o efeito barão da droga, as casas de câmbio e as receitas tradicionais de Bretton Woods para as economias terceiromundistas. Explicações incontornáveis para os pneus e as barricadas implantadas semana passada em Maputo. Pela importância dos temas não adoptámos para o presente texto a tradicional edição jornalística da entrevista, publicando-a na íntegra. Leia a última parte da entrevista conduzida por Francisco Carmona.***

### **CONTRACÇÃO DO CRÉDITO À ECONOMIA E EXPANSÃO DO DEFICIT FISCAL**

Os efeitos das medidas de contracção monetária e creditícia do programa com o FMI começam já a ter efeitos nas expectativas do sector privado, e se manifestarão conseqüentemente numa tendência de redução do crescimento económico. De facto, o crescimento anual do Crédito à Economia vai passar em finais de 2010, para apenas 19.1%, quando no ano passado tinha sido de 58.6%, e no ano 2008, de cerca de 47%. Os maiores apertos ao crédito à economia devem verificar-se neste período do ano, até Dezembro, sendo muito provável que continuem em 2011 por causa do agravamento da situação fiscal.

De facto, estas medidas como atrás dito, vêem na sequencia do pacote de contracção da procura agregada, visando contrabalançar o agravamento do deficit fiscal após donativos previsto até 2011, para -16.7% do PIB, antes de donativos, e -7.2% do PIB depois de donativos, quando em 2008 estes deficits eram, respectivamente, de -11.8% e -2.3% apenas, isto em dois anos, o deficit fiscal se agrava em 5 p.p. – em termos absolutos, passa de 7.7 biliões de MTN em 2008, para 13 biliões em 2010, e para se projectar em 2011 em 16 biliões.

A evolução recente do clima de confiança e negócios, medido pelo **Indicador de Confiança e Clima Económico das Empresas (ICCE)** do INE reverte desde Maio deste ano, a tendência positiva anterior, tendo declinado em Junho do corrente ano pelo segundo mês consecutivo, na altura em que se agudizam a inflação e a desvalorização cambial mais recentes. Contribuíram para a recente queda do CEE, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), os declínios das expectativas de emprego e da procura, em todos os sectores - Alojamento e Restauração, Transportes, Produção Industrial, Construção e “Outros Serviços” - com excepção do sector do Comércio. A evolução das **expectativas inflacionárias** (de aumento de preços) tem acompanhado a aceleração altista nos preços eles mesmos, ou seja, do próprio IPC.

De acordo ainda com as últimas estatísticas do INE, o 2º. Trimestre deste ano já mostra uma desaceleração do crescimento do PIB, em -0.7% comparativamente ao trimestre anterior, consistente com a tendência contraccionista das políticas macro em curso.

**S – Alguns analistas entendem que estamos numa situação conjuntural, de curto prazo. Outros acham que existem aspectos estruturais que agravam efeitos externos. Onde é que o DJ se posiciona?**

**DJ** – Já mencionamos atrás o verdadeiro peso relativo da crise internacional na conjuntura economicofinanceira dos últimos anos. Vejamos como afectam os aspectos estruturais da economia moçambicana na mesma conjuntura.

Os crónicos défices da Balança Comercial e de Transacções Correntes do País, como acontece em pequenas economias abertas sem câmbios fixos, levam a que a taxa de câmbio tenda a depreciar-se, face a escassez de recursos em divisas, quando confrontada com os saldos em moeda nacional. Contudo, sabe-se que as

autoridades cambiais modernas raramente optam por uma flutuação completamente livre da taxa de câmbio, pela volatilidade que pode ser criada por incrementos (ou reduções) na oferta e na procura, por vezes resultantes de acções especulativas nos mercados cambiais internacionais por grandes investidores com vista a obter lucros de curto prazo.

A política cambial, para evitar instabilidades excessivas, (deve) procura(r) uma âncora que se julgue apropriada, para “guiar” as alterações nos mercados cambiais. Em países como os nossos, essa âncora com justificação económica pode ser a estabilização, não das taxas nominais, mas da “taxa de câmbio efectiva real”, que é a taxa de câmbio da moeda nacional em relação a um cabaz de moedas dos principais parceiros comerciais, ajustada ao diferencial entre a inflação interna e externa. Esta estabilização, por meio de intervenções pontuais em curtos períodos, permite, nuns casos, evitar perdas de incentivos cambiais, e noutros casos, a redução do valor da moeda nacional para além do que for justificado por factores fundamentais da economia (‘economic fundamentals’).

A esta gestão cambial na base de uma âncora costuma designar-se de “flutuação gerida” (‘managed float’), em contraposição ao regime de “câmbios fixos” - regime monetário internacional que vigorou no pós-II Guerra Mundial até 1973. Para países com a Balança de Pagamentos deficitária, o “managed float” traduz-se geralmente por uma política de “desvalorização deslizante” (‘crawling peg’).

Os factores mais importantes afectando a taxa de câmbios em 2010, e particularmente as últimas desvalorizações pós-Abril, foram de natureza conjuntural – veja-se os factores atrás mencionados como explicativos – enquanto que a evolução no período anterior (desde 2004-2005) pode ser considerada como “deslizante”, o que permite aos agentes económicos absorver melhor os seus efeitos graduais na mudança de preços relativos que as mudanças cambiais representam.

Os factores conjunturais de natureza cambial, em tese, seriam melhor geridos não através das depreciações bruscas acomodadas pelas autoridades cambiais, mas por uma continuação da gestão cambial do tipo “deslizante”, preservando uma maior estabilidade de preços e cambial – tanto assim que a taxa de câmbio efectiva real já se tinha depreciado até Abril para não só compensar uma certa revalorização do Metical em 2008 e parte de 2009, como também tendo voltado para níveis inferiores a taxa (efectiva real) do ano de 2006, ano em que se registou o menor défice comercial e de transacções correntes em proporção do PIB dos últimos dez anos.

**S– Será que neste momento não estaremos a pagar uma factura eleitoralista, caracterizada pelo pagamento de subsídios aos combustíveis e de outros bens? (lembremo-nos que o Governo travou uma subida de combustíveis em ano de eleições e enveredou por uma política de subsídios).**

**DJ** - O factor agravante da inflação, como atrás dito, praticamente coincidente no tempo, foi o aumento dos preços dos derivados do petróleo, fundamental para produção de variados bens, tem inevitavelmente esse efeito inflacionário generalizado. Mas como bem insinua na sua pergunta, essa medida insere-se na remoção gradual dos subsídios às gasolinhas, que se foram acumulando durante o período do “congelamento” artificial do preço desses produtos, tomado para evitar o agravamento do desconforto social sentido pelas camadas mais pobres da população que, com os rendimentos que auferem, não conseguem suportar o aumento dos preços dos transportes nas zonas urbanas e peri-urbanas – largamente servidos pelos “chapas” - mas certamente que teve outros efeitos colaterais bastante negativos, como o aumento da diferença dos preços internos de combustíveis e os preços dos mesmos nos países vizinhos, acabando por subsidiar também visitantes estrangeiros que faziam incursões com esse preciso objectivo. A própria forma como o subsídio foi desenhado e administrado favoreceu de igual modo as camadas internas mais abastadas, tornando-se um subsídio “regressivo”, isto quer dizer favorecendo *relativamente* mais aos menos mercedores.

Lembre-se que esta remoção de subsídios até não se faz num momento de alta dos preços internacionais do petróleo. Estes aumentos internos dos preços dos derivados, se devem a incapacidade orçamental de continuar com os subsídios, na actual conjuntura fiscal.

**S - Até que ponto é que a crise entre os G19, principal doador do Orçamento do Estado, e o Governo nos princípios deste ano pode ter concorrido para a situação que o país atravessa?**

**DJ** - Algumas preocupações dos doadores nas áreas de governação financeiro-económica – eficácia na anticorrupção, transparência, processos de ‘procurement’, gestão dos recursos naturais, ambiente de negócios, etc. – e na área política – normas e procedimentos eleitorais, inclusão – levaram a que ocorresse uma suspensão temporária do apoio orçamental no primeiro trimestre de 2010. Essa suspensão foi

formalmente retirada em Abril, com os parceiros a monitorarem de perto os compromissos assumidos pelo Governo nessas matérias. Estes constrangimentos reflectem-se directamente na taxa de câmbio, medida pelo diferencial entre a taxa de câmbio do banco central, por um lado, e as taxas do mercado secundário bancário e das casas cambiais, bem como no sector informal, foi assim removida, conjugada com alguma intervenção no sentido de vendas limitadas de reservas internacionais.

Nos finais do primeiro trimestre as autoridades estavam a acertar o quadro de políticas macroeconómicas a vigorar por um período de três anos, como base de um novo Instrumento de Apoio ao Programa (PSI, ou Program Support Instrument) com o FMI, o qual incluiu estabelecimento e manutenção de Reservas Internacionais relativamente elevadas. Embora isto possa tomar-se como escusa para não se promover uma maior intervenção das autoridades no mercado cambial, deve-se notar que o objectivo clássico de manter um certo nível de reservas internacionais é precisamente para se reter uma capacidade de intervenção das autoridades nos mercados cambiais, quando se torna necessário evitar um excesso de volatilidade, ou uma alteração do valor da moeda em magnitudes superiores aos que são justificados pelos factores fundamentais da economia (*'fundamentals'*). - em média, o valor equivalente a três meses de reserva pode já ser considerado bom em termos internacionais, enquanto que começamos o ano com mais de 5,5 meses de importação.

Outros factores de instabilidade e pressão cambial já foram mencionados como o pagamento da factura petrolífera, instabilidade e conseqüente aumento de procura e redução da oferta de divisas, suscitada pela ordem Presidencial americana baseada no trabalho das agências especializadas do Departamento de Tesouro do EUA sobre movimentos ilícitos de capitais e de lavagem de capitais. Estes factores, vieram no sentido da queda do valor do Metical, e correspondente aumento do preço das divisas, do dólar e como consequência das outras moedas.

Os novos termos da carta de intenções de 24 de Mayo, pelas autoridades ao FMI, envolvem a adopção de políticas e medidas restritivas no âmbito monetário e creditício e uma política de depreciação do Metical – permitindo, e em parte tentando neutralizar um agravamento temporário do défice orçamental antes e depois de donativos, em princípio para parcialmente acomodar os níveis actuais das despesas públicas e, combinado com a emissão de mais títulos da dívida pública (Obrigações do Tesouro), para a realização simultânea de mais despesas de investimento público em infra-estruturas consideradas importantes pelo executivo Moçambicano.

As medidas restritivas creditícias incluíram ainda o aumento das taxas de juro directoras do banco central, cuja primeira prestação já ocorreu em Junho, com a subida de 2 pontos percentuais, para 14,5% da janela da Facilidade Permanente de Cedência (FPC). Como previsto, este aumento arrastou consigo o incremento das taxas de juro de empréstimos dos bancos comerciais, o que está a gerar redução significativa no financiamento da economia produtiva.

A política de um Metical mais fraco baseia-se na tese já mencionada, de que isso estimularia o aumento das exportações. Contudo, tire-se as conclusões devidas da experiência da depreciação continua do Metical, seja de forma deslizante seja de forma abrupta, e os fracos resultados nas exportações do País - que se mantêm no global estagnadas ao mesmo nível de US\$ 600 milhões há muitos anos, se excluirmos os grandes projectos, como recentemente aduzido, e bem, pelo Governador do BM. Daí que a política de aumento de exportações exigem outras medidas para além da política cambial.

**S – Quanto é que pode ter custado à economia do país o recente anúncio do Departamento do Tesouro dos EUA que decidiu colocar um “grande” empresário moçambicano na lista dos barões de droga? Ou tal anúncio teve impactos mínimos na economia?**

**DJ** - Conheço mal esta realidade. Joseph Hanlon de Londres, Marcelo Mosse, Paul Fauvet da AIM e outros têm escrito e investigado sobre isso. Sabe-se que estes tráficos ilegais estão normalmente associados a esquemas de branqueamento de capitais, seja em divisas seja em moedas nacionais, vulnerabilizando os sectores financeiro e bancário a estas praticas, e lançando sérios desafios a capacidade de supervisão bancária e financeira, a qualidade da legislação contra estes tipos de crimes financeiros, As autoridades reconheceram estes factos ao se comprometer internacionalmente, em carta de intenções ao FMI, em rever e corrigir partes deste processo.

**S – Quais são as medidas economicamente possíveis a curto prazo para travar a crise e iniciar um crescimento interno sustentável?**

**DJ** - Existem razões de médio e longo prazo, que as autoridades têm enfatizado, como a questão do aumento

da produção e competitividade, e da qualidade dos produtos para a exportação, conquanto as medidas concretas, com a eficácia necessária, ainda não estão operacionais. O aumento da produtividade da agricultura um dos factores chave neste domínio, reconhecido politicamente desde há décadas, não está a gerar resultados que se sintam como contribuição significativa ao PIB, ou às exportações ou mesmo como redução das importações, apesar de documentos como a “Estratégia” da Revolução Verde (2007), ou o “Plano de Acção para a Produção de Alimentos”, o PAPA (2008). Torna-se imprescindível reavaliar seriamente as políticas, as estratégias, os programas e planos de acções que vigoraram até hoje.

As medidas de gestão da conjuntura de curto prazo, são de certo modo difíceis por implicarem fazer mexidas em algumas das premissas do programa macroeconómico contido na recente Carta de Intenções a que nos vimos referindo. A questão que se coloca é uma postura contraccionista invocando o final da crise internacional, que ainda não se está a vislumbrar, Talvez seja interessante visitar este pressuposto e os seus derivativos, como sejam o aumento das taxas de juro, e forte contracção imposta no crescimento do crédito a economia.

Eventualmente, na conjuntura actual, talvez seja de ensaiar uma intervenção consistente e tranquila no mercado cambial, para fazer regressar o valor do Metical ao nível da taxa de câmbio real efectiva que não signifique maior depreciação em relação àquela que pode ser aceite pelos factores fundamentais – para reduzir os seus efeitos nos níveis de inflação. Admite-se que o banco central esteja a tomar algumas medidas nesse sentido, pois a depreciação sofreu um recuo na última semana. Esperemos que esta tendência continue. O seu instrumento inicial são as reservas internacionais acumuladas, não se devendo ser tímido a utiliza-las para esse efeito, pois são a ratio principal da sua constituição.

Sugere-se, excepcionalmente – pela gravidade dos aumentos de custo de vida simultâneos - ponderar em intervenções directas nos incrementos dos preços de bens essenciais, como a água, electricidade, o pão, os transportes urbanos e peri-urbanos, e a possibilidade do seu financiamento através de reduções de gastos públicos não essenciais. Reconhece-se que não seriam exercícios fáceis pelas entidades competentes, mas parecem-nos, sem dúvida, necessários.

Quanto ao início de um crescimento interno sustentável, há um leque de propostas de medidas que são desde há muito discutidas com os agentes económicos do sector privado, que poderiam ser tomadas corajosa e decididamente. O aspecto crítico reside na atenção e estímulo a dar aos sectores de pequenas e médias empresas produtivas, agrícolas, industriais e dos serviços - incluindo ainda os micro-empresendimentos e o sector de agricultura de pequena escala -, que têm sido na prática preteridos sistematicamente em relação as megaempresas, por ser (ter sido) mais fácil lidar com o que preocupa alguns agentes apenas, do que com os problemas de vastos sectores com milhares de unidades.

### **S – A emissão de Obrigações de Tesouro (OTs) no valor de 150 milhões de dólares é uma das soluções ou tudo passa pelo aumento da produção interna?**

**DJ** – A emissão das Obrigações de Tesouro (OTs) foi decidida para financiar o aumento das despesas no tocante a certos investimentos públicos, e não como solução para qualquer crise. Um efeito colateral dessa emissão será o chamado de “crowding out”: os fundos de poupança de particulares e os fundos disponíveis do sector bancário serão redireccionados para o sector público, reduzindo a capacidade de investimento privado. Aumenta ainda o endividamento público em termos onerosos, quer dizer não concessionais, pois é preciso que haja um retorno suficientemente atractivo em relação as alternativas para que os títulos sejam comprados. Note-se contudo que num cenário de elevada inflação e desvalorização, as taxas oferecidas podem-se tornar em taxas negativas em termos reais –, se é que já não o são, mesmo se tivermos em conta apenas a inflação deste ano, que em Julho já vai em 16%, contra os 13-14% da taxa de juro das Obrigações de Tesouro (OTs)

### **S – Alguns economistas defendem que o Governo devia visitar os contratos com os mega-projectos para renegociar as condições fiscais com eles e desta forma obter mais receitas para o Orçamento. Compartilha desta opinião?**

**DJ** – Estes acordos foram assinados num contexto muito particular do País em que no pós-guerra era necessário atrair investimentos de vulto. Na minha opinião, o Governo tem por isso permanecido firme ao clausulado dos contratos que assinou. Esta é uma questão central: o respeito pelos actos e contratos conforme vem na Agenda 2025. Contudo, seria moralizante que, em função dos problemáticos défices orçamentais e dos efeitos da crise internacional, que o Governo tomasse a iniciativa de encetar um dialogo com alguns dos megaprojectos como a Mozal, Sasol, Areias Pesadas de Moma e outros, com o fim de se

acordar uma maior contribuição desses nas receitas públicas. Até porque a estabilidade social e económica do País é do interesse directo destas empresas.

Isso se faz em todo o mundo, aconteceu há pouco na América Latina nos acordos sobre o gás que é exportado para o Brasil. Quando as circunstâncias o justificarem, e inserir-se no diálogo contínuo com os grandes investidores, até para viabilizar a permissão da ampliação de investimentos em que estarão interessadas em realizar no País – dada a lucratividade de algumas dessas operações, e as mais-valias que representam para esses interesses privados certos investimentos, mormente no sector mineiro.

Isso contribuiria para reduzir a pressão do fisco a que estão sujeitas as PME's (e agora o sector informal), que já pagam uma das mais altas taxas marginais efectivas ('Marginal Effective Tax Rate', METR) da região, conforme demonstram estudos efectuados sobre a matéria.

### **S – Que impacto é que pode ter a crise que atravessamos na política de combate à pobreza que o Governo persegue?**

**DJ** – Primeiro é preciso reconhecer que ainda não foram atingidas as metas traçadas de redução da pobreza no período entre os dois últimos inquéritos representativos aos agregados familiares ao nível nacional, isto é, entre 2002/3 e 2008/9. De entre este panorama geral, de registar que a pobreza urbana tem dado sinais de aumentar de forma acentuada – assim como os indicadores de desigualdade social. Em breve e até ao final do ano será necessário elaborar o Plano de Acção de Redução da Pobreza (PARP), como instrumento de operacionalização do Programa Quinquenal do Governo até 2015. Nesse quadro seria interessante, e como premissa fundamental desse exercício, compreender com profundidade as razões dos actuais resultados e constrangimentos.

De facto, mais da metade da população moçambicana vive abaixo do mínimo considerado absolutamente necessário (medido pelo indicador nacional de pobreza extrema adoptado nos princípios da década). O número seria de 75% em 2002/3 se se considerasse a linha internacional de pobreza extrema de um dólar por dia, percentagem que não deve melhorar com os dados colhidos em 2008/9 não só pelo citado inquérito como através de outros dados estatísticos recolhidos pelo INE como o Inquérito sobre os Indicadores Múltiplos (MICS 2008), etc.

A crise actual não ajuda a realização dos objectivos de redução da pobreza, o que apenas acentua a necessidade de uma análise profunda, seria e amplamente partilhada com a adopção de medidas que contrariem as tendências que se verificaram e se podem agravar.

### **S – O que pensa da política dos sete milhões?**

**DJ** - Os 7 milhões foram uma tentativa de injectar alguns fundos extra para os distritos, iniciada em 2006, com várias indefinições nos primeiros anos quanto aos seus objectivos e usos, quanto a sua natureza - doação ou crédito -, introduzido sem um sistema apropriado de informação, monitoramento e controlo nas suas vertentes quer de impacto real, quer de retorno meramente financeiro, que foi recentemente designado como Fundo de Desenvolvimento Distrital.

Embora seja válida a ideia de alargar o acesso a financiamento num País em que a exclusão financeira é tão prevalente - veja-se um estudo recente da Finscope sobre o Acesso ao Financiamento, com indicadores comparáveis internacionalmente, em que Moçambique se situa nas piores posições dos países africanos incluídos, tanto em termos de bancarização como de acesso ao financiamento, com apenas 22% da população com acesso a serviços financeiros tanto formais como informais, em que estes últimos predominam em relação aos serviços financeiros formais – tornase imprescindível visitar a forma como o alargamento de acesso financeiro pode-se tornar mais efectivo em resultados, e com maior "accountability" em relação aos contribuintes e potenciais beneficiários. Com o orçamento de Estado ainda muito deficitário será difícil sustentar um programa sem bons retornos reais. A melhoria do sistema de prestação de contas pelo uso destes fundos ao nível distrital será um dos critérios essenciais para que os financiamentos deste programa continuem.